

Humberto Santana Junior<sup>1</sup>

## Dra. Nadine Gasman

Nadine Gasman é a Representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, médica e possui nacionalidade mexicana e francesa. Possui mestrado em Saúde Pública pela Universidade de Harvard e doutorado em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins. Foi Diretora da Campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas *UNA-SE pelo Fim da Violência Contra as Mulheres* para a América Latina e o Caribe. Ela entrou para Nações Unidas como Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) na Guatemala em 2005, onde apoiou os governos local e nacional, Organizações da Sociedade Civil e setor privado no avanço dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Saúde Reprodutiva, bem como nas questões de gênero, população e desenvolvimento, sendo pioneira no trabalho do UNFPA em relação às adolescentes indígenas. Antes de entrar para as Nações Unidas, a Dra. Gasman foi diretora do IPAS México e liderou o time da Assembleia de Saúde da População, que produziu a Carta Régia de Saúde da População. A Dra. Gasman trabalhou em vários outros postos juntamente com os governos do México e da Nicarágua e foi fundadora e Diretora-Geral do Grupo de Saúde da América, onde coordenou consultorias em mais de dezesseis países na América Latina e África para organizações nacionais, bilaterais e internacionais, incluindo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), o Banco Mundial, as Agências de Assistência dos Estados Unidos da América, Dinamarca e Suécia (USAID, Danida e SIDA) e a Comissão Europeia.



**A ONU Mulheres tem trabalhado com a ideia de que a igualdade de gênero é uma premissa fundamental e uma grande ferramenta para o desenvolvimento. O que é necessário para que as mulheres sejam vistas em situação de igualdade entre homens e de que forma isso pode ser alcançado?**

Em primeiro lugar, é crucial que as pessoas percebam as demandas das mulheres por direitos de igualdade de oportunidade e de condições não é questão somente delas. Isso significa reconhecer o papel que as mulheres têm na sociedade, na economia, na política e na cultura. Ou seja, é preciso dar valor ao que as mulheres representam e o que realizam na vida social. Avançou-se muito nas últimas décadas desde que o feminismo evidenciou para o mundo a reivindicação das mulheres por espaço de

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Especialista em Relações Internacionais também pela Universidade de Brasília. Bolsista Capes.

participação e decisão. Esse legado é visível aos olhos de mulheres e de homens, quando vimos a presença de mulheres em espaços que antes eram negados pelo patriarcado. Contudo, as desigualdades de gênero se mantêm e exigem posicionamentos, práticas e decisões que estabeleçam relações humanas e sociais de igualdade. Nesse sentido, não será somente o esforço das mulheres que viabilizará essa mudança de realidade. Isso requer o envolvimento de homens para que sejam demovidos os espaços de privilégios e de vantagens que lhes beneficiam ao passo em que retiram das mulheres oportunidades. Como mecanismos associados à ideologia patriarcal, o sexismo, o machismo e o androcentrismo proporcionaram as condições para a chamada dominação masculina, alçando os homens ao topo do poder e ofertando a eles as possibilidades de manterem no controle nas distintas camadas sociais. Para reverter essa situação, é preciso reestabelecer o equilíbrio de forças e de poder nas relações entre mulheres e homens. Isto é, a igualdade de gênero exige consciência e novas atitudes de mulheres e de homens sobre a sua própria condição como mulher e como homem e de um em relação ao outro.

**O estabelecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres está diretamente relacionado com o desenvolvimento das sociedades. Como e por que a igualdade de gênero influencia no processo desenvolvimento de um país?**

Igualdade de gênero significa igualdade de oportunidades e de condições. Poucas nações fazem uso dos ativos femininos e masculinos em pé de igualdade e isso traz efeitos na economia. Por exemplo, o relatório Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, de 2012 do Banco Mundial, apontou que a economia de um país em desenvolvimento pode crescer até 25% se eliminadas as desigualdades de gênero. Isso significa aproveitar os talentos femininos nas diferentes ocupações e atividades profissionais, além de demover a concentração de homens em determinadas profissões. Com isso, as mulheres podem desenvolver novas competências e habilidades profissionais dissociadas de áreas de cuidados e educação, onde são mais prevalentes, experimentando aptidões em profissões relacionadas à ciência e tecnologia, por exemplo. Chamo a atenção para outro aspecto: o trabalho invisível que as mulheres fazem ao cuidar de suas casas, filhas e

filhos, pessoas idosas e doentes. Este trabalho é denominado trabalho não remunerado em que elas dão conta do trabalho reprodutivo e de cuidados, cujo impacto é demasiado em suas vidas em termos de tempo e dedicação que lhes retiram condição para realizar ações em seus próprios benefícios. De acordo com o Retrato das Desigualdades, elaborado pela ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Ipea, as mulheres empregaram, no ano de 2009, 26,6 horas nos afazeres de casa, enquanto os homens 10,5 horas. Segundo esse estudo, mesmo empregadas elas gastaram 10 horas a mais que homens desempregados. Estudos apontam que os afazeres domésticos representam, em média, 10 a 12% do Produto Interno Bruto. Em 2008, cálculo feito pela professora Hildete Pereira de Melo, da Universidade Federal Fluminense, apontava que as mulheres eram responsáveis por 82% do trabalho doméstico não remunerado, gerando a riqueza de R\$ 243 bilhões.

**Como destaca a Resolução de 2011 sobre participação política das mulheres da Assembleia Geral da ONU, “mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres”. Quais os principais obstáculos à participação feminina na política dos países?**

A ONU Mulheres está realizando a campanha global Pequim+20 “Empoderar as Mulheres. Empoderar a Humanidade. Imagine!”, a qual celebra os 20 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Em 1995, as mulheres ocupavam, em média, 11% dos Parlamentos do mundo. Em 2014, a média é 22% ainda sem alcançar a meta estabelecida de 30%. Há cerca de 20 anos, eram três as chefas de Estado. Em 2014, as mulheres são nove chefas de Estado num total de 152 governos estabelecidos. A desigualdade de gênero ainda é o principal obstáculo para que as mulheres ocupem os espaços de tomada de decisão. Dentre os entraves, podemos citar escassez de tempo para as mulheres se dedicarem ao mundo da política, pouco investimento para viabilizar uma carreira política, dificuldade de obtenção de oportunidades em partidos políticos e de serem percebidas como líderes natas para ocupar postos de

decisão, além do distanciamento da imagem e da própria vida das mulheres do espaço público representativo. Em geral, as mulheres estão envolvidas na política em espaços menores, tais como bairros ou instituições de representação de pequeno e médio porte. Quando tratamos de política representativa ou macropolítica, elas são desestimuladas em sua liderança e são atreladas a posições de suporte ao poder masculino.

**De acordo com o último relatório de desenvolvimento humano do PNUD, a baixa representação das mulheres na política agrava a desigualdade de gênero no Brasil. Quais seriam, na sua opinião, os efeitos dessa falta de representatividade?**

Quando estão subrepresentadas nos poderes constituídos, a exemplo do Brasil no Executivo, Legislativo e Judiciário, a democracia está diretamente comprometida porque há um contingente enorme relegado a espaços de baixa decisão e influência sobre os rumos da sociedade. As mulheres são 51% da população, cerca de 10% de deputadas federais e 13% de senadoras. No Congresso, a presença de mulheres tem se mantido estável com baixos percentuais, o que revela a continuidade da sub-representação que impede que tenham mais representação nas decisões políticas do país. Em razão disso, são necessárias medidas que enfrentem a desigualdade de gênero e estabeleçam um ciclo de escolha de representantes que não esteja viciado pelo sexismo a ponto de excluir as mulheres sistematicamente dentre os candidatos com potencial de votação e, conseqüentemente, representação. Uma das estratégias tem sido a proposta de uma reforma política que contemple a escolha alternada de uma candidata e de um candidato. Gostaria, por fim, de pontuar que a representação política tem sido um pleito histórico dos movimentos feminista e de mulheres, que resultou na alteração da legislação eleitoral ao estabelecer a reserva e o preenchimento de vagas de mulheres nas candidaturas dos partidos. Contudo, observamos que as urnas ainda se mostram resistentes às candidatas. A partir dessa realidade, mais iniciativas precisam ser colocadas em prática para que aumente a participação de mulheres na política representativa.

**O Programa “Jovens Mulheres Líderes: Programa de fortalecimento em questões de Gênero e Juventude”, uma realização ONU Mulheres em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude, a Secretaria Geral da Presidência da República e o governo federal, busca promover o desenvolvimento das capacidades das mulheres jovens no Brasil, facilitando assim que sejam sujeitos no exercício dos seus direitos. Qual a importância desse programa na questão da igualdade de gênero e de que forma esse programa traz visibilidade a essa questão no Brasil?**

Primeira iniciativa do gênero, o programa reconhece o valor da liderança das mulheres jovens em suas comunidades e faz investimento na formação delas no espaço político institucional por meio do sistema de mentorias. Considera, ainda, as jovens como ativistas importantes em favor dos direitos das mulheres e as apoia para que possam desenvolver o potencial de liderança e protagonismo na atuação pela igualdade de gênero. Trata-se, portanto, de um programa que visa empoderar as jovens por meio de uma estratégia inclusiva que valorize as distintas identidades (por exemplo, negra, quilombola, indígena, cigana, parteira, entre outras) e as cinco regiões do país.

Entrevista realizada em: 02/12/2014